

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

TRATADO DE COOPERAÇÃO PARA O APROVEITAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS E O DESENVOLVIMENTO DA BACIA DA LAGOA MIRIM (TRATADO DA BACIA DA LAGOA MIRIM)

Sua Excelência o Senhor Ernesto Geisel, Presidente da República Federativa do Brasil, e Sua Excelência o Senhor Doutor Aparício Mendez, Presidente da República Oriental do Uruguai,

Inspirados pela fraterna e tradicional amizade que une as duas Nações,

Reconhecendo a necessidade de tornar cada vez mais efetivos os princípios de boa-vizinhança e estreita cooperação que orientaram sempre suas relações recíprocas,

Dando cumprimento ao artigo VI do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio de 12 de junho de 1975, no qual ambas Partes se comprometem a celebrar um Tratado de especial, a fim de impulsionar o desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, dentro do propósito geral de empreender ações conjuntas destinadas à realização de obras de infra-estrutura de interesse comum,

Atendendo à características geográficas especiais da Bacia da Lagoa Mirim, que constituem base adequada para a realização de projetos conjuntos de desenvolvimento econômico e social,

Animados do propósito de melhorar as condições de vida das populações fronteiriças, bem como de promover o integral aproveitamento dos recursos das áreas limítrofes de acordo com critérios equitativos,

Considerando que os trabalhos realizados até o presente pela Comissão da Lagoa Mirim permitiram a identificação de vários importantes projetos na Bacia, e o avanço nas etapas iniciais de alguns deles,

Coincidindo na conveniência de dotar os trabalhos atuais e futuros de um quadro institucional permanente e de mecanismos operativos práticos e flexíveis, em cujo âmbito seja possível canalizar esforços concertados para o desenvolvimento econômico e social de Bacia e sua integração física, conforme os respectivos planos e prioridades nacionais,

Resolvem celebrar o presente Tratado e, para esse efeito, nomear seus Plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República Federativa do Brasil, a Sua Excelência o Senhor Embaixador Antonio Francisco Azeredo da Silveira, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

O Presidente da República Oriental do Uruguai, a Sua Excelência o Senhor Embaixador Alejandro Rovira, Ministro das Relações Exteriores,

os quais convêm nos artigos seguintes:

*Artigo 1º* As Partes Contratantes se comprometem a prosseguir e ampliar, no quadro do presente Tratado, sua estreita colaboração para promover o desenvolvimento integral da Bacia da Lagoa Mirim.

*Artigo 2º* A aplicação do presente Tratado, de seus instrumentos anexos e dos demais instrumentos internacionais que se celebrem nesse quadro jurídico:

- a) não produzirá modificação alguma nos limites entre as Partes Contratantes, estabelecidos nos Tratados vigentes;
- b) não afetará as respectivas jurisdições nacionais e seu exercício pleno, de acordo com os seus correspondentes ordenamentos jurídicos;
- c) não conferirá a nenhuma das Partes Contratantes direito de propriedade ou outros direitos reais sobre qualquer parte do território da outra.

*Artigo 3º* As Partes Contratantes, de acordo com o objeto do presente Tratado:

- a) adotará, em suas respectivas jurisdições, de acordo com seus planos e prioridades, as medidas adequadas para promover o desenvolvimento da Bacia;
- b) concertarão entre si, no contexto da integração nacional de cada Parte, os estudos, planos, programas e projetos necessários à realização de obras comuns destinadas ao melhor aproveitamento dos recursos naturais da Bacia.

*Artigo 4º* As ações nacionais e binacionais a que se refere o artigo 3º procuram atingir, entre outros, os seguintes propósitos:

- a) a elevação do nível social e econômico dos habitantes da Bacia;
- b) o abastecimento de água com fins domésticos, urbanos e industriais;
- c) a regularização das vazões e o controle das inundações;
- d) o estabelecimento de um sistema de irrigação e drenagem para fins agropecuários;
- e) a defesa e utilização adequada dos recursos minerais, vegetais e animais;
- f) a produção, transmissão e utilização de energia hidrelétrica;
- g) o incremento de meios de transporte e comunicação e, de maneira especial, da navegação;
- h) o desenvolvimento industrial da região;
- i) o desenvolvimento de projetos específicos de interesse mútuo.

As Partes Contratantes fixarão, em cada caso e quando se fizer mister, as prioridades a serem observadas com respeito aos propósitos estabelecidos.

*Artigo 5º* O âmbito de aplicação do presente Tratado compreende a Bacia da Lagoa Mirim e suas áreas de influência direta e ponderável que, se for necessário, serão determinadas pelas Partes Contratantes.

*Artigo 6º* Será responsável pela execução do presente Tratado a Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (CLM), criada e estruturada pelas Notas de 26 de abril de 1963, 5 de agosto de 1965 e 20 de maio de 1974, que se reestrutura e passa a reger-se de acordo com o disposto neste Tratado e no Estatuto Anexo.

O Estatuto acima referido poderá ser modificado por troca de notas entre ambos os Governos.

A CLM adotará seu próprio Regulamento.

*Artigo 7º* A CLM terá duas sedes, uma na cidade de Porto Alegre, República Federativa do Brasil, e outra na cidade de Trinta e Três, República Oriental do

Uruguai. Poderá, contudo, reunir-se em qualquer ponto do território de cada uma das Partes Contratantes.

As sedes da CLM gozarão dos privilégios reconhecidos pela prática internacional, os quais, se necessário, serão precisados nos correspondentes acordos de sede.

*Artigo 8º* A CLM tem a capacidade jurídica necessária para o cumprimento de suas incumbências.

As Partes Contratantes lhe concederão os recursos indispensáveis e todos os elementos e facilidades, inclusive de ordem jurídica, técnica, administrativa e financeira, exigidos para seu funcionamento.

*Artigo 9º* As Partes Contratantes outorgarão, entre outras:

- a) facilidades para a livre circulação na fronteira e permanência no território da Parte de que não são nacionais, aos membros da CLM e à pessoas a que esta outorgue o documento pertinente;
- b) facilidades aduaneiras, fiscais e de trânsito para que os veículos, embarcações e equipamentos a serviço da CLM possam cruzar a fronteira e circular livremente pelos territórios das Partes Contratantes.

*Artigo 10.* Para o cumprimento de suas incumbências, a CLM desempenhará as seguintes funções:

- a) estudar diretamente ou através de entidades nacionais ou internacionais os assuntos técnicos, científicos, econômicos e sociais relacionados com o desenvolvimento da área da Baía da Lagoa Mirim;
- b) apresentar aos Governos a descrição completa e pormenorizada dos estudos, planos e projetos de obras e serviços comuns;
- c) gestionar e contratar, com prévia autorização expressa dos Governos em cada caso, o financiamento de estudos e obras;
- d) supervisionar a execução de projetos, obras e serviços comuns e coordenar seu ulterior funcionamento;
- e) celebrar os contratos necessários para a execução de projetos aprovados pelos Governos, requerendo destes, em cada caso, sua autorização expressa;
- f) propor a cada um dos Governos a realização de projetos e obras não-comuns relacionados com o desenvolvimento da Baía da Lagoa Mirim;
- g) formular sugestões aos Governos acerca de assuntos de interesse comum relacionados com o desenvolvimento econômico e social da Baía;
- h) constituir os órgãos subsidiários que estime necessários, dentro dos termos previstos nos Estatutos;
- i) propor a cada um dos Governos projetos de normas uniformes sobre assuntos de interesse comum relativos, entre outros, à navegação; prevenção da contaminação; conservação, preservação e exploração dos recursos vivos; e colocação de tubulações e cabos sub-fluviais e aéreos;
- j) as demais que lhe sejam atribuídas pelo presente Tratado e as que as Partes Contratantes convenham em outorgar-lhe, por troca de notas ou outras formas de acordo.

*Artigo 11.* Para a consecução dos altos objetivos do presente Tratado, os estudos, planos, programas e projetos poderão prever:

- a) obras comuns, compartilhadas pelas duas Partes Contratantes;
- b) obras não-comuns, de exclusiva responsabilidade de cada uma das Partes Contratantes.

Na ausência de acordo específico, as Partes Contratantes, através da CLM, indicarão, em relação a cada projeto, as obras comuns e as não-comuns.

Quando as obras comuns incluírem seções não-comuns, estas se regerão pelos princípios aplicáveis às obras não-comuns, com as adaptações necessárias.

No caso de seções não-comuns de obras comuns, a Parte responsável por sua execução terá presentes o cumprimento do cronograma geral da obra, sua unidade física e funcional e as condições mais vantajosas para o projeto.

Para os efeitos práticos de jurisdição e controle, estabelecer-se-á sinalização conveniente nas obras comuns a serem construídas.

*Artigo 12.* Na contratação do pessoal técnico, administrativo e operários a empregarem-se nas obras e instalações comuns, se dará preferência, no possível em partes iguais, aos nacionais de cada Parte.

Os materiais de construção e equipamentos necessários para as obras comuns deverão, dentro do possível e em igualdade de custos e condições, ser providos pela indústria nacional de cada Parte.

*Artigo 13.* Na ausência de acordos específicos, a responsabilidade pelos custos de estudos e projetos, bem como de construção, operação e manutenção de obras será estabelecida de conformidade com os seguintes princípios:

- a) as Partes Contratantes arcarão, em partes iguais, com os custos de estudos e projetos, bem como de construção, operação e manutenção de obras comuns;
- b) cada Parte será responsável pelo custo de construção, operação e manutenção de obras não-comuns;
- c) qualquer das Partes Contratantes poderá adiantar à outra, de acordo com as condições que forem estabelecidas, os recursos necessários para a realização de estudos, projetos e obras;
- d) as obras e instalações comuns pertencerão em condomínio por partes iguais, às Partes Contratantes.

*Artigo 14.* Cada Parte se obriga a declarar de utilidade pública as áreas sob sua jurisdição necessárias à realização de obras comuns e de suas seções não-comuns, bem como a praticar todos os atos administrativos e judiciais pertinentes para efetuar as desapropriações e estabelecer as servidões que correspondam.

Cada Representação na CLM indicará ao seu respectivo Governo as áreas a que se refere o presente artigo.

*Artigo 15.* As Partes Contratantes se comprometem a outorgar todas as facilidades administrativas, franquias aduaneiras e exonerações fiscais que sejam necessárias para a realização das obras comuns, de acordo com as seguintes normas:

a) Não se aplicarão impostos, taxas ou empréstimos compulsórios de qualquer natureza sobre os materiais e equipamentos utilizados nos trabalhos de construção de obras comuns que adquiram em qualquer dos dois países ou importem de um terceiro país:

1. a CLM;

2. a Representação de qualquer uma das Partes Contratantes na CLM, no caso de ser designada responsável pela realização da obra;
3. as entidades públicas ou controladas direta ou indiretamente pelo poder público, de uma ou de outra Parte, que tenham sido designadas responsáveis pela realização da obra.

b) Não se cobrarão aos organismos e entidades mencionados na alínea *a* impostos, taxas ou empréstimos compulsórios cujo recolhimento seja da responsabilidade desses organismos e entidades, incidentes sobre os rendimentos por elas pagos a pessoas jurídicas domiciliadas no exterior, como remuneração de serviços prestados ou de créditos ou empréstimos concedidos diretamente relacionados com as obras.

c) Será admitido no território de qualquer das Partes Contratantes o livre ingresso dos materiais e equipamentos aludidos na alínea *a* que se destinem a obras comuns e que a elas se incorporem. Os materiais e equipamentos de emprego transitório ingressarão em regime de admissão temporária.

d) Não se aplicarão restrições de qualquer natureza ao trânsito ou depósito dos materiais e equipamentos aludidos na alínea *a*.

*Artigo 16.* As Partes Contratantes adotarão as medidas adequadas para que os diversos aproveitamentos das águas, a pesquisa, a exploração e o uso dos recursos naturais da área, dentro de suas respectivas jurisdições, não causem prejuízo sensível à navegação, à quantidade ou à qualidade da água ou ao meio ambiente.

*Artigo 17.* As Partes Contratantes, mediante proposta da CLM, designarão, conforme o caso, as entidades públicas ou controladas direta ou indiretamente pelo poder público de qualquer delas, as entidades privadas ou os organismos internacionais que se encarregarão dos estudos, planos, projetos e obras comuns que se realizem de acordo com o previsto no presente Tratado.

*Artigo 18.* Toda controvérsia que se suscitar entre as Partes Contratantes sobre a interpretação ou aplicação do Presente Tratado, de seus instrumentos anexos e demais instrumentos internacionais que se celebrem nesse quadro jurídico, será considerada pela CLM, por proposta de qualquer das respectivas Representações.

Se ao término de cento e vinte dias a CLM não conseguir chegar a um acordo, notificará ambas Partes Contratantes, as quais procurarão solucionar a questão por negociações diretas.

Quando as negociações diretas, a juízo de qualquer das Partes Contratantes, não tenham dado resultado, qualquer delas poderá recorrer aos procedimentos de solução pacífica previstos nos tratados internacionais vigentes entre ambas.

Os procedimentos mencionados não retardarão a construção e operação das obras comuns.

*Artigo 19.* O presente Tratado será ratificado de acordo com os procedimentos previstos nos respectivos ordenamentos jurídicos das Partes Contratantes. Entrará em vigor pela troca dos instrumentos de ratificação, que se realizará na cidade de Montevideu e terá vigência enquanto as Partes Contratantes não celebrem acordo em contrário.

EM FÉ DO QUE OS Plenipotenciários acima mencionados firmam e selam dois exemplares do presente Tratado, em português e espanhol, ambos os textos igualmente autênticos, na cidade de Brasília aos sete dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e sete.

Pelo Governo da República  
Federativa do Brasil:

[Signed — Signé]

ANTONIO F. AZEREDO DA SILVEIRA

Pelo Governo da República  
Oriental do Uruguai:

[Signed — Signé]

ALEJANDRO ROVIRA

[PORTUGUESE TEXT — TÊXTO PORTUGUÊS]

PROTOCOLO PARA O APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO TRECHO LÍMITROFE DO RIO JAGUARÃO, ANEXO AO TRATADO DA BACIA DA LAGOA MIRIM (PROTOCOLO DO RIO JAGUARÃO)

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai,

Tendo em conta o Tratado de Cooperação para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (Tratado da Bacia da Lagoa Mirim),

Animados pelo propósito de criar todas as condições favoráveis para permitir a mais rápida realização das obras de aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos do trecho limítrofe do Rio Jaguarão, e nos termos previstos no referido Tratado,

Acordam o seguinte:

*Artigo 1º* As Partes Contratantes se comprometem a realizar as obras para o aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos do trecho limítrofe de Rio Jaguarão, no Passo do Centurião e no Passo de Tajavera, previstas no Projeto Jaguarão.

As Partes Contratantes envidarão todos os esforços para que a construção e entrada em funcionamento das referidas obras se levem a cabo, dentro do mais breve prazo possível, de acordo com os cronogramas correspondentes e as prioridades estabelecidas.

*Artigo 2º* A CLM terá a seu cargo a responsabilidade do Projeto Jaguarão, de acordo com as funções e faculdades que lhe foram conferidas no Tratado, ficando instituída para esses efeitos a Subcomissão Coordenadora para o Rio Jaguarão.

A Subcomissão será estruturada e funcionará de acordo com os dispositivos pertinentes do Estatuto da CLM.

A Subcomissão coordenará a realização, operação e manutenção das obras e instalações para o aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos do trecho limítrofe do Rio Jaguarão, bem como das obras complementares previstas nos estudos preliminares elaborados sob o controle da CLM.

*Artigo 3º* Cada Parte designará, de acordo com o artigo 17 do Tratado da Bacia da Lagoa Mirim, as entidades de caráter executivo encarregadas da realização, operação e manutenção das obras e instalações do Projeto Jaguarão.

Estas entidades nomearão representantes para integrar a Subcomissão instituída no artigo 2º, na forma prevista pelo Estatuto da CLM.

As mencionadas entidades poderão delegar, parcial ou totalmente, suas atribuições executivas a outras entidades nacionais.

*Artigo 4º* Os projetos das obras do Projeto Jaguarão serão submetidos à aprovação dos Governos através da CLM, devendo distinguir-se expressamente as obras comuns das não-comuns.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, se considerarão, em princípio:

- a) obras comuns: as de desvio do rio, ensecadeiras, represas, pontes, vertedouros, estruturas e obras civis da Central, canais de descarga, comportas e instalações anexas, ponte rolante e equipamentos auxiliares da Central;
- b) obras não-comuns: as sub-estações de transformação, conversores de frequência, turbinas, geradores, tomadas de água e obras de adução, linhas de transmissão e instalações auxiliares para fins de hidroenergia e tomadas de água, canais de irrigação e de drenagem e instalações anexas para fins agrícolas e pecuários, postos de piscicultura, obras para fins turísticos e vilas residenciais permanentes.

Cada Parte será responsável pelas desapropriações que sejam necessárias para a realização do Projeto, nos termos no artigo 14 do Tratado da Bacia da Lagoa Mirim.

*Artigo 5º* A responsabilidade pelos custos das obras comuns e não-comuns se regerá pelo disposto no artigo 13 do Tratado da Bacia da Lagoa Mirim.

Por proposta da CLM, as Partes Contratantes fornecerão os recursos financeiros que acordem outorgar ao Projeto Jaguarão, no ritmo necessário para não retardar o cronograma geral das obras.

Nos orçamentos das obras comuns, bem como na avaliação dos benefícios decorrentes da operação de suas instalações, será adotada, como moeda de referência, o dólar norte-americano.

Para contabilizar os adiantamentos em moeda local, previstos no referido artigo 13, que uma ou outra Parte possa outorgar para atender aos gastos das diversas etapas do Projeto, será utilizada, como moeda de referência, o dólar norte-americano, ao tipo de câmbio vigente para as operações financeiras do dia em que forem postos à disposição da CLM os ditos adiantamentos.

*Artigo 6º* A Subcomissão estabelecerá, com o acordo da CLM, que poderá ser expressado através de seus respectivos Representantes, o programa mensal de operação de cada reservatório, tendo presentes as necessidades previsíveis de irrigação e as descargas turbináveis para fins de geração de energia elétrica.

A utilização das águas represadas do Rio Jaguarão será realizada em partes iguais e equivalentes à metade das descargas médias anuais allucntes, correspondendo a cada Parte dispor de até o total de sua quota mensal, fixada de acordo com as regras de operação mencionadas no parágrafo anterior.

Cada Parte poderá transferir à outra, nos termos e condições acordados pela CLM, ouvida a Subcomissão, a parcela não utilizada de sua quota mensal ou a energia correspondente à descarga turbinável que lhe corresponda.

*Artigo 7º* As Partes Contratantes, conjunta ou separadamente, direta ou indiretamente, darão às entidades executivas ou à CLM, se for o caso, na forma que acordarem, garantias para as operações de crédito destinadas à execução das obras comuns. Da mesma forma, assegurarão a conversão cambial necessária para o pagamento das obrigações assumidas pelas referidas entidades.

*Artigo 8º* O presente Protocolo entrará em vigor conjuntamente com o Tratado da Bacia da Lagoa Mirim e terá vigência enquanto as Partes Contratantes não celebrem acordo em contrário.



FEITO na cidade de Brasília, em dois exemplares, em português e em espanhol, ambos os textos igualmente autênticos, aos sete dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e sete.

Pelo Governo da República  
Federativa do Brasil:

[*Signed — Signé*]

ANTONIO F. AZEREDO DA SILVEIRA

Pelo Governo da República  
Oriental do Uruguai:

[*Signed — Signé*]

ALEJANDRO ROVIRA

---

[SPANISH TEXT • TEXTE ESPAGNOL]

**TRATADO DE COOPERACIÓN PARA EL APROVECHAMIENTO DE  
LOS RECURSOS NATURALES Y DESARROLLO DE LA CUENCA  
DE LA LAGUNA MERÍN (TRATADO DE LA CUENCA DE LA  
LAGUNA MERÍN)**

Su Excelencia el Señor Presidente de la República Federativa de Brasil, Ernesto Geisel, y Su Excelencia el Señor Presidente de la República Oriental del Uruguay, Doctor Aparicio Méndez,

Inspirados en la fraterna y tradicional amistad que une a las dos naciones,

Reconociendo la necesidad de hacer cada vez más efectivos los principios de buena vecindad y estrecha cooperación que orientaron siempre las relaciones recíprocas,

Dando cumplimiento al artículo VI del Tratado de Amistad, Cooperación y Comercio de 12 de junio de 1975, en el que ambas Partes se comprometen a celebrar un Tratado especial, a fin de impulsar el desarrollo de la Cuenca de la Laguna Merín, dentro del propósito general de emprender acciones conjuntas destinadas a la realización de obras de infraestructura de interés común,

Atendiendo a las características geográficas especiales de la Cuenca de la Laguna Merín, que constituyen base adecuada para la realización de proyectos conjuntos de desarrollo económico y social,

Animados del propósito de mejorar las condiciones de vida de las poblaciones fronterizas así como de promover el integral aprovechamiento de los recursos de las áreas limítrofes de acuerdo con criterios equitativos,

Considerando que los trabajos realizados hasta el presente por la Comisión de la Laguna Merín han permitido la identificación de varios importantes proyectos en la Cuenca, y el avance en las etapas iniciales de alguno de ellos,

Coincidiendo en la conveniencia de dotar a los trabajos actuales y futuros de un marco institucional permanente y de mecanismos operativos prácticos y flexibles, en cuyo ámbito sea posible canalizar esfuerzos concertados para el desarrollo económico e social de la Cuenca y su integración física, conforme a los respectivos planes y prioridades nacionales,

Resuelven celebrar el presente Tratado y, para ese efecto, nombrar sus Plenipotenciarios, a saber:

El Presidente de la República Federativa de Brasil, a Su Excelencia el Señor Embajador Antonio Francisco Azcredo da Silveira, Ministro de Estado de Relaciones Exteriores;

El Presidente de la República Oriental del Uruguay, a Su Excelencia el Señor Embajador Alejandro Rovira, Ministro de Relaciones Exteriores,

los cuales convienen en los artículos siguientes:

*Artículo 1º* Las Partes Contratantes se comprometen a proseguir y ampliar, en el marco del presente Tratado, su estrecha colaboración para promover el desarrollo integral de la Cuenca de la Laguna Merín.

*Artículo 2º* La aplicación del presente Tratado, de sus instrumentos anexos y de los demás instrumentos internacionales que se celebren dentro de este marco jurídico:

- a) no producirá modificación alguna de los límites entre las Partes Contratantes establecidos en los Tratados vigentes;
- b) no afectará las respectivas jurisdicciones nacionales y su ejercicio pleno, de acuerdo con sus correspondientes ordenamientos jurídicos;
- c) no conferirá a ninguna de las Partes Contratantes derecho de propiedad u otros derechos reales sobre cualquier parte del territorio de la otra.

*Artículo 3º* Las Partes Contratantes, de acuerdo con el objeto del presente Tratado:

- a) adoptarán en sus respectivas jurisdicciones, conforme a sus planes y prioridades, las medidas adecuadas para promover el desarrollo de la Cuenca;
- b) concertarán entre sí, en el contexto de la integración nacional de cada Parte, los estudios, planes, programas y proyectos necesarios para la realización de obras comunes destinadas al mejor aprovechamiento de los recursos naturales de la Cuenca.

*Artículo 4º* Las acciones nacionales y binacionales a que se refiere el artículo 3º perseguirán, entre otros, los siguientes propósitos:

- a) la elevación del nivel social y económico de los habitantes de la Cuenca;
- b) el abastecimiento de agua con fines domésticos, urbanos e industriales;
- c) la regulación de caudales y el control de las inundaciones;
- d) el establecimiento de un sistema de riego y drenaje para fines agropecuarios;
- e) la defensa y utilización adecuada de los recursos minerales, vegetales y animales;
- f) la producción, transmisión y utilización de energía hidroeléctrica;
- g) el incremento de medios de transporte y comunicaciones y, de manera especial, la navegación;
- h) el desarrollo industrial de la región;
- i) el desarrollo de proyectos específicos de interés mutuo.

Las Partes Contratantes fijarán, en cada caso y cuando sea menester, las prioridades a ser observadas con respecto a los propósitos establecidos.

*Artículo 5º* El ámbito de aplicación del presente Tratado comprende la Cuenca de la Laguna Merín y sus áreas de influencia directa y ponderable que, de ser necesario, serán determinadas por las Partes Contratantes.

*Artículo 6º* Será responsable de la ejecución del presente Tratado la Comisión Mixta Brasileño-Uruguaya para el Desarrollo de la Cuenca de la Laguna Merín (CLM), creada y estructurada por las Notas de 26 de abril de 1963, 5 de agosto de 1965 y 20 de mayor de 1974, que se reestructura y pasa a regirse de acuerdo con lo dispuesto en este Tratado y en el Estatuto Anexo.

El Estatuto Anexo a que se refiere el párrafo primero podrá ser modificado por cambio de notas entre ambos Gobiernos.

La CLM dictará su propio Reglamento.

*Artículo 7º* La CLM tendrá dos sedes, una en la ciudad de Treinta y Tres, República Oriental del Uruguay, y la otra en la ciudad de Porto Alegre, República Federativa de Brasil. Sin embargo, podrá reunirse en cualquier punto del territorio de cada una de las Partes Contratantes.

Las sedes de la CLM gozarán de los privilegios reconocidos por la práctica internacional los que, de ser necesario, serán precisados en los correspondientes acuerdos de sede.

*Artículo 8º* La CLM tiene la capacidad jurídica necesaria para el cumplimiento de sus cometidos.

Las Partes Contratantes le asignarán los recursos indispensables y todos los elementos y facilidades, inclusive de orden jurídico, técnico, administrativo y financiero, requeridos para su funcionamiento.

*Artículo 9º* Las Partes Contratantes otorgarán, entre otras:

- a) facilidades para la libre circulación en la frontera y permanencia en el territorio de la Parte de la que no sean nacionales a los miembros de la CLM y a las personas a las que ésta otorgue el documento pertinente;
- b) facilidades aduaneras, fiscales y de tránsito para que los vehículos, embarcaciones y equipos al servicio de la CLM puedan cruzar la frontera y circular libremente por los territorios de las Partes Contratantes.

*Artículo 10.* Para el cumplimiento de sus cometidos, la CLM desempeñará las siguientes funciones:

- a) estudiar directamente o a través de entidades nacionales o internacionales los asuntos técnicos, científicos, económicos y sociales relacionados con el desarrollo del área de la Cuenca de la Laguna Merín;
- b) presentar a los Gobiernos la descripción completa y pormenorizada de los estudios, planes y proyectos de obras y servicios comunes;
- c) gestionar y contratar, previa autorización expresa de los Gobiernos de cada caso, el financiamiento de estudios y obras;
- d) supervisar la ejecución de proyectos, obras y servicios comunes y coordinar su ulterior funcionamiento;
- e) celebrar los contratos necesarios para la ejecución de proyectos aprobados por los Gobiernos, requiriendo de éstos, en cada caso, su autorización expresa;
- f) proponer a cada uno de los Gobiernos la realización de proyectos y obras no comunes relacionados con el desarrollo de la Cuenca de la Laguna Merín;
- g) formular sugerencias a los Gobiernos acerca de asuntos de interés común relacionados con el desarrollo económico y social de la Cuenca;
- h) constituir los órganos subsidiarios que estime necesario, dentro de los términos previstos en el Estatuto;
- i) proponer a cada uno de los Gobiernos proyectos de normas uniformes sobre asuntos de interés común relativos, entre otros, a la navegación; prevención de la contaminación; conservación, preservación y explotación de los recursos vivos; y tendido de tuberías y cables subfluviales y aéreos;
- j) las demás que le han sido asignadas por el presente Tratado y las que las Partes Contratantes convengan en otorgarle por cambio de notas u otras formas de acuerdo.

*Artículo 11.* Para la consecución de los altos objetivos del presente Tratado, los estudios, planes, programas y proyectos podrán prever:

- a) obras comunes, compartidas por las dos Partes Contratantes;
- b) obras no comunes de exclusiva responsabilidad de cada una de las Partes Contratantes.

En ausencia de acuerdo específico, las Partes Contratantes, a través de la CLM, indicarán, en relación a cada proyecto, las obras comunes y las no comunes.

Cuando las obras comunes incluyan secciones no comunes, éstas se registrarán por los principios aplicables a las obras no comunes, con las adaptaciones necesarias.

En el caso de secciones no comunes de obras comunes, la Parte responsable por su ejecución tendrá presente el cumplimiento del cronograma general de la obra, su unidad física y funcional y las condiciones más ventajosas para el proyecto.

Para los efectos prácticos de jurisdicción y control se establecerá el señalamiento conveniente en las obras comunes a ser construídas.

*Artículo 12.* En la contratación del personal técnico, administrativo y obrero a emplearse en las obras e instalaciones comunes se dará preferencia, en lo posible por partes iguales, a los nacionales de cada Parte.

Los materiales de construcción y equipos necesarios para las obras comunes deberán, dentro de lo posible y a igualdad de costos y condiciones, ser suministrados por la industria nacional de cada Parte.

*Artículo 13.* A falta de acuerdos específicos, la responsabilidad por los costos de estudios y proyectos, así como de construcción, operación y mantenimiento de obras será establecida de conformidad con los siguientes principios:

- a) las Partes Contratantes responderán, en partes iguales, por los costos de estudios y proyectos, así como de construcción, operación y mantenimiento de obras comunes;
- b) cada Parte será responsable por el costo de construcción, operación y mantenimiento de obras no comunes;
- c) cualquiera de las Partes Contratantes podrá adelantar a la otra, de acuerdo con las condiciones que fueren establecidas, los recursos necesarios para la realización de estudios, proyectos y obras;
- d) las obras e instalaciones comunes pertenecerán en condominio, por partes iguales, a las Partes Contratantes.

*Artículo 14.* Cada Parte se obliga a declarar de utilidad pública las áreas bajo su jurisdicción necesarias para la realización de obras comunes y de secciones no comunes de éstas, así como a practicar todos los actos administrativos y judiciales pertinentes para efectuar las expropiaciones y establecer las servidumbres que correspondan.

Cada Representación en la CLM indicará a su respectivo Gobierno las áreas a que se refiere el presente artículo.

*Artículo 15.* Las Partes Contratantes se comprometen a otorgar todas las facilidades administrativas, las franquicias aduaneras y las exoneraciones fiscales que sean necesarias para la realización de las obras comunes, de conformidad con las siguientes normas:

a) No se aplicarán impuestos, tasas o empréstitos forzosos de cualquier naturaleza sobre los materiales y equipos utilizados en los trabajos de construcción de obras comunes que adquieran en cualquiera de los dos países o importen de un tercer país:

- 1) la CLM;
- 2) la Representación de cualquiera de las Partes Contratantes en la CLM en caso de ser designada como responsable de la realización de la obra;
- 3) las entidades públicas o controladas directa o indirectamente por el poder público de una u otra Parte que hayan sido designadas responsables de la realización de la obra.

b) No se cobrarán a los organismos y entidades mencionados en el literal a) impuestos, tasas o empréstitos forzosos cuya recaudación sea de responsabilidad de esos organismos y entidades y que incidan sobre las utilidades por ellos pagas a personas jurídicas domiciliadas en el exterior, como remuneración de servicios prestados o de créditos o empréstitos concedidos, directamente relacionados con las obras.

c) Será admitido en el territorio de cualquiera de las Partes Contratantes el libre ingreso de los materiales y equipos aludidos en el literal a) que se destinen a obras comunes y que a ellas se incorporen. Los materiales y equipos de empleo transitorio ingresarán en régimen de admisión temporaria.

d) No se aplicarán restricciones de cualquier naturaleza al tránsito o depósito de los materiales y equipos aludidos en el literal a).

*Artículo 16.* Las Partes Contratantes tomarán las medidas adecuadas para que los diversos aprovechamientos de las aguas, la exploración, la explotación y el uso de los recursos naturales del área, dentro de sus respectivas jurisdicciones, no causen perjuicio sensible a la navegación, a la cantidad o calidad del agua, o al medio ambiente.

*Artículo 17.* Las Partes Contratantes, a propuesta de la CLM, designarán, según el caso, las entidades públicas o controladas directa o indirectamente por el poder público de cualquiera de ellas, las entidades privadas u organismos internacionales que se encargarán de los estudios, planes, proyectos y obras comunes que se realicen de acuerdo con lo previsto en el presente Tratado.

*Artículo 18.* Toda controversia que se suscitare entre las Partes Contratantes sobre la interpretación o aplicación del presente Tratado, de sus instrumentos anexas y de los demás instrumentos internacionales que se celebren dentro de este marco jurídico, será considerado por la CLM a propuesta de cualquiera de las respectivas Representaciones.

Si en el término de ciento veinte días la CLM no lograre llegar a un acuerdo, lo notificará a ambas Partes Contratantes, las que procurarán solucionar la cuestión por negociaciones directas.

Cuando las negociaciones directas, a juicio de cualquiera de las Partes Contratantes, no hayan dado resultados, cualquiera de ellas podrá recurrir a los procedimientos de solución pacífica previstos en los tratados internacionales vigentes entre ambas.

Los procedimientos mencionados no retardarán la construcción y operación de las obras comunes.

*Artículo 19.* El presente Tratado será ratificado de acuerdo con los procedimientos previstos en los respectivos ordenamientos jurídicos de las Partes Contratantes. Entrará en vigor por el canje de los instrumentos de ratificación, que se realizará en la ciudad de Montevideo y tendrá vigencia mientras las Partes Contratantes no celebren acuerdo en contrario.

EN FE DE LO CUAL los Plenipotenciarios arriba mencionados firman y sellan dos ejemplares del presente Tratado, en portugués y español, ambos textos igualmente auténticos, en la ciudad de Brasilia a los siete días del mes de julio del año mil novecientos setenta y siete.

Por el Gobierno de la República  
Federativa de Brasil:

[Signed — Signé]

ANTONIO F. AZEREDO DA SILVEIRA

Por el Gobierno de la República  
Oriental del Uruguay:

[Signed — Signé]

ALEJANDRO ROVIRA

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

PROTOCOLO PARA EL APROVECHAMIENTO DE LOS RECURSOS  
HÍDRICOS DEL TRAMO LÍMITROFE DEL RÍO YAGUARÓN,  
ANEXO AL TRATADO DE LA CUENCA DE LA LAGUNA MERÍN  
(PROTOCOLO DEL RÍO YAGUARÓN)

El Gobierno de la República Federativa de Brasil y el Gobierno de la República Oriental del Uruguay,

Teniendo en cuenta el Tratado de Cooperación para el Aprovechamiento de los Recursos Naturales y Desarrollo de la Cuenca de la Laguna Merín (Tratado de la Cuenca de la Laguna Merín),

Animados por el propósito de crear todas las condiciones favorables para permitir la más pronta realización de las obras de aprovechamiento múltiple de los recursos hídricos del tramo límite del Río Yaguarón, y dentro de los términos previstos en el referido Tratado,

Acuerdan lo siguiente:

*Artículo 1º* Las Partes Contratantes se comprometen a realizar las obras para el aprovechamiento múltiple de los recursos hídricos del tramo límite del Río Yaguarón, en Paso Centurión y en Paso Talavera, previstas en el Proyecto Yaguarón.

Las Partes Contratantes orientarán todos sus esfuerzos para que la construcción y puesto en servicio de las referidas obras se lleven a cabo, dentro del más breve plazo posible, de acuerdo con los cronogramas correspondientes y las prioridades asignadas.

*Artículo 2º* La CLM tendrá a su cargo la responsabilidad del Proyecto Yaguarón, de conformidad con las funciones y facultades que le han sido otorgadas en el Tratado, quedando instituida a esos efectos la Sub-Comisión Coordinadora para el Río Yaguarón.

La Sub-Comisión será estructurada y funcionará de acuerdo con las disposiciones pertinentes del Estatuto de la CLM.

La Sub-Comisión coordinará la realización, operación y mantenimiento de las obras e instalaciones para el aprovechamiento múltiple de los recursos hídricos del tramo límite del Río Yaguarón, así como de las obras complementarias previstas en los estudios preliminares elaborados bajo el control de la CLM.

*Artículo 3º* Cada Parte designará, de acuerdo con el artículo 17 del Tratado de la Cuenca de la Laguna Merín, las entidades de carácter ejecutivo encargadas de la realización, operación y mantenimiento de las obras e instalaciones del Proyecto Yaguarón.

Estas entidades nombrarán representantes para integrar la Sub-Comisión instituida en el artículo 2º en la forma prevista por el Estatuto de la CLM.

Las mencionadas entidades podrá delegar, parcial o totalmente, sus atribuciones ejecutivas a otras entidades nacionales.



*Artículo 4º* Los proyectos de obra del Proyecto Yaguarón serán sometidos a la aprobación de los Gobiernos a través de la CLM, debiendo distinguirse expresamente las obras comunes de las no comunes.

Sin perjuicio de lo dispuesto en el párrafo anterior, se considerarán, en principio:

- a) obras comunes: las de desvío del río, ataguías, represas, puentes, vertederos, estructuras y obras civiles de la Central, canales de descarga, compuertas e instalaciones anexas, puente deslizante y equipos auxiliares de la Central;
- b) obras no comunes: las estaciones de transformación, convertidores de frecuencia, turbinas, generadores, tomas de agua y obras de aducción, líneas de transmisión e instalaciones auxiliares para fines de hidroenergía y tomas de agua, canales de riego y drenaje e instalaciones anexas para fines agrícolas y ganaderos, puestos de piscicultura, obras para fines turísticos y viviendas permanentes del personal.

Cada Parte será responsable de las expropiaciones que sean necesarias para la realización del Proyecto, en los términos del artículo 14 del Tratado de la Laguna Merín.

*Artículo 5º* La responsabilidad por los costos de las obras comunes y no comunes se regirá por lo dispuesto en el artículo 13 del Tratado de la Laguna Merín.

A propuesta de la CLM, las Partes Contratantes suministrarán los recursos financieros que acuerden otorgar al Proyecto Yaguarón, al ritmo necesario para no retardar el cronograma general de las obras.

En los presupuestos de las obras comunes, así como en la evaluación de los beneficios derivados de la operación de sus instalaciones, se adoptará, como moneda de referencia, el dólar estadounidense.

Para contabilizar los adelantos en moneda local, previstos en el referido artículo 13, que una u otra Parte puedan otorgar para atender los gastos de las diversas etapas del Proyecto, se utilizará, como moneda de referencia, el dólar estadounidense, al tipo de cambio vigente para las operaciones financieras del día de la puesta a disposición de la CLM de dichos adelantos.

*Artículo 6º* La Sub-Comisión establecerá, con el acuerdo de la CLM, que podrá ser expresado a través de sus respectivos Representantes, el programa mensual de operación de cada embalse, teniendo presente las necesidades previsibles de riego y las descargas turbinables para fines de generación de energía eléctrica.

La utilización de las aguas represadas del Río Yaguarón será realizada en partes iguales y equivalentes a la mitad de las descargas medias anuales afluentes, correspondiendo a cada Parte disponer hasta el total de su cuota parte mensual, fijada de acuerdo con las reglas de operación referidas en el párrafo anterior.

Cada Parte podrá transferir a la otra, en los términos y condiciones acordados por la CLM, después de oída la Sub-Comisión, la parte no utilizada de su cuota mensual o la energía correspondiente a la descarga turbinable que le corresponda.

*Artículo 7º* Las Partes Contratantes, conjunta o separadamente, directa o indirectamente, darán a las entidades ejecutivas o a la CLM, si fuere el caso, en la forma que acordaren, garantías para las operaciones de crédito, destinadas a la ejecución de las obras comunes. De la misma forma, asegurarán la conversión cambiaria necesaria para el pago de las obligaciones asumidas por las referidas entidades.

*Artículo 8º* El presente Protocolo entrará en vigor conjuntamente con el Tratado de la Cuenca de la Laguna Merín y tendrá vigencia mientras las Partes Contratantes no celebren acuerdo en contrario.

HECHO en la ciudad de Brasilia, en dos ejemplares, en portugués y español, ambos textos igualmente auténticos, a los 7 días del mes de julio del año mil novecientos setenta y siete.

Por el Gobierno de la República  
Federativa de Brasil:

[Signed — Signé]

ANTONIO F. AZEREDO DA SILVEIRA

Por el Gobierno de la República  
Oriental del Uruguay:

[Signed — Signé]

ALEJANDRO KOVIRA